

Bom fechar por incompetência

JORNAL DE BRASÍLIA
GILBERTO MIRANDA

Estamos acostumados a analisar a conjuntura econômica brasileira dando exagerada ênfase à obtenção da estabilidade econômica, porém, relegando a um nível secundário o quadro de retrocesso econômico em que nos encontramos, já desde meados da década de 80.

Com efeito, passados vários ministros da Fazenda e outros tantos planos antiinflacionários, nada aconteceu de positivo que revertesse significativa e duradouramente tal retrocesso.

É uma constatação assustadora, por exemplo, saber que após um crescimento médio no triénio 1985-1987 de 6,3% nossa economia apenas cresceria em torno de 2%, na média dos trimestres subsequentes de 1988-1990 e 1991-1993!

Se é correto entender que num ambiente de desordem monetária e financeira ocorram enormes dificuldades para se sustentar o crescimento do produto real e do emprego, não menos correto é perceber que pouco se tem feito para se tentar resguardar a população brasileira das consequências de tal desaceleração.

Certamente, devemos ter processos decisórios governamentais muito ineptos, a secundar todo esse quadro de resultados macroeconômicos.

Não basta, portanto, querer justificar um resultado econômico ruim, em função de outro resultado econômico ruim. Ou seja, que não crescemos porque temos muita inflação.

Ou, ainda, que o estado lamentável em que se encontra o sistema público de Saúde e Educação é decorrente da desordem orçamentária da União.

É preciso caminhar noutra direção, para detectar a causa última de toda essa deterioração de nossa economia. É a falta de qualidade de planejamento e da formulação das políticas públicas que, ao fim e ao cabo, nos mostra o que se passa. É a própria concepção da estratégia governamental que parece inadequada.

Essa observação tem sido especialmente verdadeira nos últimos 14 e 16 meses.

Senão vejamos.

Somente a cúpula decisória para a área econômica — no caso, o Ministério da Fazenda — está, hoje, com seu quinto titular!

Correspondentemente, o nível dos comprometimentos do Governo perante a sociedade também é muito volátil.

Em novembro de 1992, a primeira equipe econômica — liderada pelo ministro Krause, no Ministério da Fazenda, e pelo ministro Haddad, no Planejamento — recomponha a proposta de ajuste fiscal que já fora tentada no governo Collor.

Nenhuma atenção era dada a qualquer outra política substantiva. O ponto de vista oficial já era extremado, e iria ser a tônica das demais equipes que ainda passariam por esses cargos: sem o ajuste fiscal, nada será tentado como esquema para sustentar e melhorar a provisão de necessidades básicas da sociedade.

Já em abril do ano passado, por exemplo, o plano de ação — apresentado pelo presidente da República e seu então ministro da Fazenda, Eliseu Rezende — era construído em torno da promessa de reduzir os juros de curto

prazo.

Como diria, na ocasião, o presidente da República:

"O overnight não se remunera com taxas de juros positivas. É uma determinação".

E f e t i v a m e n t e , q u a n t a determinação...

Outra vez, percebe-se a sinuosa atuação do Governo face à virtual falência de políticas substantivas, como a Saúde, Educação e Transportes, entre outras.

Mais adiante, o projeto da LDO para 1994 reservava ênfase para o combate à pobreza, a melhoria do atendimento na Saúde, Ensino e Habitação, bem como para os investimentos na infra-estrutura rodoviária e de energia elétrica.

Nem mesmo nesse campo de virtual unanimidade nas diferentes frentes ideológicas, o Governo conseguiu sustentar um ritmo de atividades que impedisse a generalizada deterioração da provisão de tais bens e serviços.

Que se combata a inflação. Que se privatize ou não esta ou aquela atividade. Mas que não se deixe de fazer o que minimamente espera-se que um Governo representativo faça: cuidar para que o bem-estar social seja atendido!

Nem mesmo o custeio desses serviços o Governo consegue assegurar, tornando a vida do cidadão um desnecessário suplício, na busca de atendimento médico-hospitalar e de ensino primário e secundário.

É certamente por essa dimensão que se pode entender a tranquilidade com que o Executivo parece aceitar o fato de que — ao começo do sexto mês do ano — ainda não se dispõe do Orçamento da União referente a 1994.

Culpar o Congresso Nacional?

Seria muito fácil, porém, insustentável.

O Legislativo por muito tempo teve que aguardar o Executivo em sua decisão orçamentária. Ademais, o plano de estabilização econômica é sempre tão cheio de surpresa — o que acaba por impor a necessidade de variadas revisões na proposta orçamentária.

Assim sendo, também não chega surpreender a generalizada falta de credibilidade implícita nas ações do Governo.

Uma terceira dimensão, desse padrão de intervenção econômica do Governo, é exemplificada pela política de privatizações — que nos meses finais do governo Collor, foi, em realidade, a única dimensão inovadora das quantas então se apregoava — chegou a um beco sem saída na atual administração federal.

Perdeu-se o ritmo.

Ou, mais que isso: perdeu-se o propósito de levar adiante um duradouro saneamento das finanças da União. Além do aspecto estritamente orçamentário decorrente da receita a ser arrecadada com a venda de empresas estatais, um programa de privatizações é uma sinalização segura que o Governo emite quanto a seus propósitos de gerenciar produtivamente o setor público.

Em decorrência dessa virtual descontinuidade, velhos vícios da estrutura empresarial pública brasileira reaparecem envolvidos na habitual indignação do presidente da República. Por ora,

estamos de volta às regalias salariais e à forma bizarra das finanças da Petrobrás.

A evidência mais incômoda desse quadro de ocorrências é que o atual Governo deixou passar uma excelente oportunidade de sustentar um esforço que era do agrado generalizado da sociedade, tendo mesmo sido debatido e formalizado em lei pelo Congresso Nacional.

Em decorrência, os investimentos públicos estão, hoje, limitados pelo caos orçamentário que tende a se agravar, entre outros motivos, pela tributante política de privatizações.

Que também não se atribua tudo isso às dificuldades no âmbito da revisão da Constituição, a qual não chegou ao fim.

Com ou sem revisão constitucional, reduzindo ou não a inflação, moralmente o Governo não pode se eximir de levar adiante o atendimento às necessidades básicas da sociedade.

E que o faça competentemente!

Contudo, o Governo não parece estar disposto a reconhecer seus erros de estratégia.

Em dezembro de 1993, a Exposição de Motivos nº 395 que trata da mais recente etapa do combate à inflação, sustenta que a insistência no controle dos gastos públicos não seria um sinal da "insensibilidade tecnocrática", mas um pressuposto de qualquer avanço social consistente".

Como pode a atual administração pública federal falar em "avanço social consistente", se seu descaso em manter um mínimo de gerenciamento em programas de necessidades básicas é total.

Basta olhar à nossa volta, especialmente nas capitais dos estados, para constatar que o pouco de "avanço social consistente" que ainda restava vai sendo seguidamente menosprezado pelo atual Governo.

A isso nos conduziu à desmedida concentração do poder decisório governamental; iniciada em junho do ano passado.

A isso nos levou a tentativa do Governo de se recompor perante à opinião pública, procurando fazer parecer extremo zelo estratégico o que, de fato, não passa de pura manifestação de poder discricionário.

Adicionalmente, observa-se uma hipertrofia do poder de burocratas que tentam sobrepor suas prioridades e preferências às de todos nós, de toda a sociedade.

A eles vai sendo delegada a função de propor o que é melhor para a sociedade: seja em termos de dotações nas rubricas orçamentárias, seja, até mesmo, na reinterpretação dos próprios limites de sua autoridade.

O uso abusivo de medidas provisórias tem sido o veículo mais expressivo dessa atitude. Por fim, vale notar o que se oferece à sociedade em troca da aceitação de tanta privação e desesperança.

Aponta-se com a estabilidade dos preços e do valor da moeda. Todavia, esse é um resultado que na própria posição de motivos, antes mencionada, está condicionado a pressupostos que, como todo nós sabemos, estão longe de terem sido alcançados.

■ Gilberto Miranda é senador pelo Amazonas e vice-líder do PMDB